

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A BRASIL  
TELECOM S/A, PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO DE ACESSO, BASEADO NO  
PROTOCOLO *FRAME RELAY*, PARA  
VIABILIZAR A INTERCONEXÃO DE  
ESCRITÓRIOS REMOTOS À SEDE DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o Senhor FÁBIO CHAVES HOLANDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a BRASIL TELECOM S.A., situada no SIA/SUL Lote D, Bloco B, 2º andar, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, por meio de sua FILIAL DISTRITO FEDERAL, situada na SEPS 702/902, Bloco “B”, 3º andar, Ed. General Alencastro, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0326-90, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Gerente da Filial Distrito Federal, o Senhor DANTE NARDELLI JÚNIOR, e por seu Gerente de Planejamento Comercial, o Senhor AUGUSTO MASSAHARO IRYODA, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo ao Contrato 2003/192.0, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, daqui por diante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital da Tomada de Preços nº 38/03 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Este aditivo decorre do acréscimo de aproximadamente 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao valor mensal contratado, representando uma aumento de R\$582,26 (quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos) ao valor inicialmente contratado, para atender às necessidades da CONTRATANTE, com amparo no §1º do artigo 65 da LEI, c/c ao §1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

O Contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2003/192.2, passa a vigorar com sua redação alterada nas seguintes cláusulas:

“ .....

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de acesso, baseado no protocolo *FRAME RELAY*, para viabilizar a interconexão de escritórios remotos à sede da Câmara dos Deputados, compreendendo a instalação, ativação e locação de circuitos de acesso, de conexões de portas e de equipamentos e suporte, de acordo com as exigências e demais condições e especificações expressas no Edital da Tomada de Preços nº 38/03 e seus Anexos, e no Anexo Único a este instrumento.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente contrato, para todos os efeitos:

- a) Edital da Tomada de Preços nº 38/03 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, datada de 28/10/03.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor decorrente do presente contrato, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições constantes de sua proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 2.2 do referido Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia de R\$ 5.653,25 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos), correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, de acordo com o artigo 56 da LEI, c/c o artigo 93 do REGULAMENTO, e previsto no item 9 do Edital da Tomada de Preços nº 38/03.

## **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O preço total do presente Contrato é de R\$ 188.441,75 (cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), a ser pago em parcelas mensais de R\$ 16.640,62 (dezesesseis mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo primeiro – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhadas do CND e do CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos, para atestação pelo órgão fiscalizador. A agência bancária e o número da conta-corrente deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo segundo – O pagamento será feito com prazo não superior a trinta dias, contado a partir do aceite definitivo do serviço e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo terceiro – Para liberação das faturas, a Câmara dos Deputados levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo quarto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela Câmara dos Deputados estará sujeito às retenções de que tratam o artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998, o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo quinto – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo sexto - Ocorrendo a prorrogação contratual prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, poderá ser admitido reajuste de preços por índice, devidamente comprovado, que reflita a variação ponderada dos custos dos insumos utilizados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente contrato, objeto da Nota de Empenho nº 2004NE001684, correrá a conta da seguinte classificação orçamentária:

Para a Nota de Empenho 2004NE001684:

- Programa de Trabalho:

01031055340610001 – Processo Legislativo – Nacional

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência até 29/01/05, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, c/c o inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único - O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não modificadas expressamente por este Aditivo

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, com cinco folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 30 de dezembro de 2004.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Fábio Chaves Holanda  
Diretor Administrativo  
CPF nº 170.479.943-00

Dante Nardelli Júnior  
Diretor da Filial Distrito Federal  
CPF nº 112.546.021-00

Augusto Massaharo Iryoda  
Gerente de Planejamento Comercial  
CPF nº 057.496.031-72

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

## **ANEXO ÚNICO**

Além dos requisitos de enlace descritos no item 1 do Anexo nº 02 à Tomada de Preços nº 38/03, a CONTRATADA fica obrigada a implantar enlace de comunicação, que inclui o circuito de acesso, a porta de conexão e a CIR, conforme especificado abaixo:

1. Características do enlace para a Seção de Atendimento à População, no Setor Comercial Sul:

1.1 – Velocidade do circuito de acesso de 512 Kbps, velocidade de conexão de porta de 512 Kbps;

1.1.1 – A largura de banda de sempre estar disponível pelo menos até a capacidade definida pela CIR do PVC, ou seja, 256 Kbps;

1.2 – A instalação será feita no Setor Comercial Sul, Qd. 02, Bloco B, 11º andar.

1.3 – A Câmara dos Deputados poderá solicitar o aumento da largura de banda de seus enlaces a qualquer tempo, sendo que a expansão deverá ser efetuada em no máximo 10 (dez) dias.